## GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, Sra. Presidente, para uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Pela ordem, nobre deputado Major Mecca. Tem o senhor dois minutos para a comunicação.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Na manhã desta quarta-feira, eu estive no quartel da Rota. Participei de uma solenidade de valorização daqueles homens, daquelas mulheres que são uma referência para todos os policiais do estado de São Paulo e policiais de todo o Brasil. Policiais que são um orgulho do povo do estado de São Paulo.

Eu fui para apertar as mãos daqueles homens, daquelas mulheres. Fui para deixar o nosso abraço e dizer a eles que nós continuamos compromissados com todas as nossas pautas, seja a pauta de continuidade da valorização do salário dos policiais, da recomposição salarial, que é muito importante para que esses homens que arriscam as suas vidas possam ter condições de dignidade para eles e para toda a família.

Falei da importância e dos nossos intensos trabalhos junto ao secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, junto ao governador para o pagamento da bonificação por produtividade.

Falei sobre os recursos que consegui levar ao Hospital da Polícia militar, dezessete milhões. Estão sendo feitas reformas em vários setores daquele importante hospital, reformas na UTI, no pronto-atendimento, aquisição de tomógrafo, de mamógrafo para as policiais femininas.

O nosso trabalho, o trabalho de todos os parlamentares desta Casa em benefício de todos os policiais do estado de São Paulo é contínuo, e nós nunca deixaremos de fazê-lo em nome desses heróis, dessas heroínas que defendem o povo do nosso Estado.

Muito obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Nós que agradecemos, nobre deputado Major Mecca.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente, para uma breve comunicação.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Tem o senhor o tempo regimental de dois minutos, para a comunicação.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito brevemente, presidente, só um tema que eu não tive tempo de falar na tribuna. Saiu uma matéria hoje, na "Folha de S. Paulo", de que o Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria da Educação vão passar a usar o ChatGPT, uma plataforma de inteligência artificial, para produzir o conteúdo de aulas digitais no lugar dos professores curriculistas, que são aqueles professores responsáveis por preparar o material didático do Governo do Estado de São Paulo.

É inacreditável a que ponto chegou o descaso do governador Tarcísio e do secretário Renato Feder com a Educação pública no estado de São Paulo. No ano passado, quando o governador e o secretário falaram de tirar o livro didático da sala de aula para substituí-lo por material digital, a gente já alertava que, muito ao contrário de modernizar as ferramentas de acesso à Educação, a que nós somos absolutamente favoráveis, o que tinha por trás da intenção do governo era precarizar ainda mais o acesso a uma educação de qualidade para os estudantes da escola pública da rede estadual.

É um governador que já falou que os professores do estado de São Paulo não recebem os melhores salários, mas têm muito amor. Que apresenta como uma solução para você resolver o problema da Educação, criar um programa de escola cívico-militares para pagar mais para os militares do que para os professores. E agora, para terminar o serviço e liquidar a fatura, propõe você dispensar o professor e trocar tudo pela inteligência artificial.

A gente chega até a dar risada, porque isso, na verdade, é um escracho, um escracho com a população do estado de São Paulo, um escracho com quem tem seus filhos estudando na rede estadual, que merecem ter acesso ao ensino de excelência.

Eu estudei em uma Etec, eu estudei na Universidade Estadual Paulista, e a rede estadual de ensino de São Paulo merece respeito, merece condição digna para os alunos estudarem, para os professores darem as suas aulas.

Os nossos professores precisam ser valorizados, não substituídos nem por soldados, nem por militares e muito menos pelo ChatGPT. Faça-nos o favor. Nós vamos buscar os meios cabíveis, acionar as instituições pertinentes para que essa decisão seja revista porque a gente não pode substituir o trabalho de professores, o trabalho de pensadores, de pesquisadores pela atividade da inteligência artificial, com todo respeito às novas tecnologias, mas os professores merecem mais respeito.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Com certeza, deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - E agora, presidente, havendo acordo de lideranças queria pedir a suspensão dos trabalhos da sessão até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - É regimental. A sessão está suspensa até as 16 horas e 30 minutos.

Muito obrigada.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Muito obrigado.

* * *

- Suspensa às 15 horas e 05 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 35 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão.

* * *

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Ordem do Dia. Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Léo Oliveira com o número regimental de assinaturas nos termos do Art. 35º, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da Agrishow, a realizar-se do dia 29 de abril a 3 de maio do corrente ano, em Ribeirão Preto, a ser custeada via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento da nobre deputada Márcia Lia, com o número regimental de assinaturas nos termos do Art. 35º do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar de uma reunião com ministérios do governo federal, a realizar-se nos dias 17 e 18 de abril do corrente ano em Brasília, a ser custeada também via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Convocação. Convoco as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18º, inciso III, alínea "D", combinada com o Art. 68º, ambos do Regimento Interno, para uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 45 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 268, de 2023, de autoria dos deputados Paulo Mansur e Guto Zacarias.

Convoco as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18º, inciso III, alínea "D", combinado com o Art. 68º, ambos do Regimento Interno, para uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, também a realizar-se hoje, 16 horas e 45 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar os seguintes projetos:

Item 1 - Projeto de lei nº 563, de 2023, de autoria do nobre deputado Caio França.

Item 2 - Projeto de lei nº 954, de 2023, de autoria do nobre deputado Valdomiro Lopes.

E a última convocação. Nos termos do Art. 18º, inciso III, alínea "D", combinado com o Art. 68º, ambos do Regimento Interno, convoco uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Administração Pública e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento, também no mesmo horário, às 16 horas e 45 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 7, de 2024, de autoria do nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de líderes, solicitar o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 38 minutos.

* * *

# 18 DE ABRIL DE 2024
# 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY, MAJOR MECCA e REIS

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência e abre a sessão às 14h12min.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Tece comentários acerca de ocorrência policial em Paraisópolis que deixou uma criança ferida.
5 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
6 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - LUCAS BOVE
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Endossa o pronunciamento do deputado Lucas Bove.
9 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes.
11 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Rebate o pronunciamento do deputado Reis acerca da sanção presidencial da Lei nº 14.483/24 com veto.
GRANDE EXPEDIENTE
13 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - REIS
Assume a Presidência.
15 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência.
17 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - REIS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
19 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 19/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão às 15h36min.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

* * *

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Pequeno Expediente, vou chamar os oradores inscritos. Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Carlos Cezar. (Pausa.) Professora Bebel. (Pausa.) Paulo Fiorilo. (Pausa.) Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Thainara Faria. (Pausa.) Conte Lopes. (Pausa.) Donato (Pausa.)

Deputado Paulo Reis tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bem, presidente Suplicy, cumprimentar os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica; cumprimentar também todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, deputado Eduardo Suplicy, na segunda-feira nós vamos ter aqui, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário, no Auditório Paulo Kobayashi, uma audiência pública para tratar das questões relacionadas ao Iamspe e, obviamente, ao Hospital do Servidor Público.

Eu quero repercutir a carta que eu recebi das entidades SindSaúde, Simesp, Afiamspe, Amiamspe, que representam os trabalhadores do Iamspe. E eles vieram, mandam através desse protocolado aqui, ou desse expediente, para que seja discutido nessa audiência pública temas como, por exemplo, a venda de parte do complexo hospitalar do Hospital do Servidor Público.

Os servidores públicos estaduais de São Paulo, que criaram o Instituto há mais de 60 anos, com a missão de garantir assistência à Saúde do funcionalismo público do Estado e de seus familiares e o mantêm com as contribuições em folha, sem a contrapartida devida do governo.

Não foram consultados sobre a venda desse prédio do Hospital do Servidor do Iamspe, onde fica a administração do Iamspe. Esse prédio é o coração do hospital-escola. Sua venda significa o desvio da finalidade de parte do patrimônio da Saúde do Iamspe para servir a interesse de especuladores imobiliários em detrimento da assistência dos servidores públicos do Estado.

"O Iamspe, Hospital do Servidor Público Estadual, terá reduzido as possibilidades de ampliar serviços, comprometendo a excelência da assistência, ensino e pesquisa prestados por seus profissionais há décadas, destacando a residência médica mais concorrida da América Latina, que forma profissionais para todo o País. Estamos muito preocupados com a excelência da assistência, ensino e pesquisa do Iamspe - Hospital do Servidor Público. Apresentamos necessidades urgentes e reivindicamos apoio para sua providência.

No hospital, evitar descontinuidade de serviço e tratamentos, principalmente nas doenças oncológicas e outras. Reduzir as filas nos atendimentos eletivos; para isso, é necessário manter e ampliar quadros profissionais da Saúde próprios, devidamente remunerados, e evitar a perda desses para terceirizados, rotativos e sem vínculo, cujos contratos renovados com valores menores prejudicam a continuidade do serviço. Modernizar o parque tecnológico, diagnóstico, tratamento cirúrgico do Hospital do Servidor.

No Iamspe, instalar o Conselho Administrativo e Fiscal, com paridade de representantes. Ampliar convênio no interior. Implementar carreira própria do Iamspe para concursados, baseada no PL 52, de 2018, com estudo específico para médicos e cirurgiões-dentistas.

Na Secretaria de Gestão e Governo Digital, chamar os 170 médicos remanescentes de concursos anteriores, solicitação que já foi feita pelo Amiamspe à SGGD, em agosto de 2023." Então eles reivindicam que sejam chamados esses médicos que já foram aprovados. "Abrir concurso em conformidade com solicitação enviada à Secretaria de Gestão e Governo digital.

Abertura de concursos para todas as áreas. Pagamento de bônus de resultados anual aos trabalhadores do Iamspe pelo bom desempenho de atividade e funções que, desde 2011, é forma de valorização dos funcionários do Iamspe. Publicação das metas a serem avaliadas referente a 2023. Gratificação e equiparação com o prêmio de incentivo da Secretaria de Saúde, é a gratificação GDAMSPE."

Então os dirigentes dessas entidades de classe estão reivindicando que o Estado promova essas demandas dos servidores do hospital e que nós façamos também, no dia 22, às 17 horas e 30 minutos, na audiência, a discussão sobre essas questões. Obviamente eu mandei o convite para o secretário de Gestão e Governo Digital, para que ele esteja presente, porque nós vamos promover essa discussão.

Principalmente, o que diz aqui na carta é: "O que pegou todos de surpresa é o governo é ter colocado o prédio do Iamspe, onde fica a administração do Iamspe, para ser vendido".

Isso está causando muita apreensão entre todos os servidores públicos e principalmente aqueles que trabalham lá na gestão do instituto e do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Cumprimento o deputado Reis pela defesa do Iamspe. Agora vamos passar a palavra para o deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Tem V. Exa. a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde aos deputados, às deputadas, aos funcionários da Assembleia que dão suporte ao nosso trabalho, aos nossos policiais militares, civis que aqui estão, uma honra estar com os senhores; gostaria de informar a todos que hoje, pela manhã, 18 de abril, estivemos na Secretaria de Segurança Pública.

O deputado Conte Lopes, que está aqui, nos acompanhou numa reunião com o secretário, Guilherme Derrite, e amanhã, dia 19 de abril, o governador Tarcísio de Freitas assina um decreto que trata do pagamento da bonificação por resultados dos policiais militares, dos policiais civis e dos policiais técnico-científicos.

Esse esforço que nós fazemos para esse reconhecimento, essa valorização dos policiais do estado de São Paulo é principalmente porque nós sabemos do sacrifício, do esforço desses homens e dessas mulheres em prestar o melhor serviço para a nossa população, o que passam esses policiais combatendo o crime nas ruas do nosso Estado combatendo o crime organizado.

Então, esse esforço nosso é também para reconhecer todos esses nossos irmãos operadores de segurança pública a quem nós honramos e estamos aqui para trabalhar por eles.

E em nome deles, eu faço a observação, e é importante chamar a atenção porque ontem a Polícia Militar foi atacada no plenário desta Casa por conta de uma ocorrência na comunidade do Paraisópolis, onde uma criança de sete anos foi atingida por um projétil secundário. Para quem não sabe, projétil secundário pode ser um pedaço de tijolo, alguma outra coisa onde possa ter batido um tiro e algum estilhaço atingiu próximo à sobrancelha da criança.

Essa criança foi socorrida ao hospital, está bem, graças a Deus, porque a nossa missão de todos nós policiais é defender a nossa população, nossas crianças, cidadãos de bem das mãos do crime, que era o que os policiais militares estavam fazendo dentro do Paraisópolis, combatendo o crime.

E nos chama a atenção o impulso que os partidos de esquerda, que o Sr. Ouvidor, o Sr. Cláudio tem em atacar os policiais. Deputado Conte, analisadas imagens das câmeras corporais, outras imagens, não tem policial nenhum fazendo alteração de local de crime, recolhendo alguma coisa que seja do ponto onde houve agressão a tiros aos policiais, e os policiais em defesa fizeram o revide.

Eu não sei até onde os senhores acreditam que é benéfico a população defender bandido, porque quando nós nos deparamos com uma ocorrência policial, o normal é nós apoiarmos o policial.

Haverá, como sempre há, uma investigação do que houve ali naquele local para que haja responsabilização de quem praticou um crime, mas o PT e o PSOL fazem questão de bate-pronto criticar os policiais militares, apontar que os policiais praticaram fraude processual.

Isso não aconteceu, é até mesmo uma postura de respeito a esses profissionais da Segurança Pública que os senhores tenham mais cautela antes de querer indicar um policial a uma prática criminosa. Não façam isso, é um desserviço à população de bem, ao cidadão que acorda cedo, que trabalha, que sustenta a sua família.

Não é possível que os senhores não perceberam ainda que, defendendo bandido, os senhores estão permitindo a falência desse País, que os senhores apoiam bandido, e hoje tem bandido em tudo quanto é canto, tem bandido na política, seja na esfera estadual, municipal, federal, é bandido para tudo quanto é lado.

A gente não vence de pagar impostos, não tem sossego para sair na rua, para passear com a esposa, com os filhos, e os senhores contribuem com essa insegurança dando a mão para o bandido, defendendo o bandido e querendo crucificar quem os defende, que são os nossos policiais.

Reflitam. Chamo a atenção aqui: Congresso, derrube o veto do Sr. Luiz Inácio ao Projeto de lei nº 2253, das saídas temporárias. Derrubem o veto desse presidente que está trabalhando para proteger bandido.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - É importante, Major Mecca, que a criança ferida, felizmente, está então melhor e provavelmente continuará vivendo, embora ferida na sua vista por algum instrumento, algum objeto que acabou acontecendo. Agora, tem a palavra do deputado Itamar Borges. (Pausa.) Alex Madureira. (Pausa.) Marta Costa. (Pausa.) Sebastião Santos. (Pausa.) Teonilio Barba. (Pausa.) Rui Alves. (Pausa.) Gil Diniz. (Pausa.) Rafael Saraiva. (Pausa.) Enio Tatto. (Pausa.) Ricardo Madalena. (Pausa.) Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Paulo Mansur. (Pausa.) Eduardo Suplicy.

Você quer fazer a honra de presidir a sessão enquanto eu falo?

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Major Mecca.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Assumindo a Presidência do Pequeno Expediente. Dirige-se à tribuna o deputado Eduardo Suplicy, que terá cinco minutos regimentais para o uso da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente deputado Major Mecca, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu aqui quero expressar a minha solidariedade à vereadora Paolla Miguel, de Campinas.

Considero intransigente e desproporcional a ação da Câmara Municipal de Campinas, que está pedindo a cassação do mandato da vereadora Paolla Miguel, alegando que ela teria responsabilidade pelo conteúdo apresentado em evento para o qual destinou a emenda parlamentar.

Nem a própria Secretaria de Cultura de Campinas tinha conhecimento da alteração do conteúdo das apresentações e foi quem liberou as emendas indicadas pela vereadora, que também não foi notificada.

Soa como uma perseguição a cassação de um mandato de uma parlamentar jovem, negra, de origem pobre, que vem trabalhando com sucesso no atendimento aos mais necessitados.

Assim, expresso a minha solidariedade à vereadora Paolla e apelo pelo bom senso dos parlamentares da Câmara Municipal de Campinas. Acontece que ela foi denunciada por ter destinado uma verba de via parlamentar à festa Bicuda, onde houve registro de cenas de nudez, simulação de sexo em espaço público.

O pedido de abertura da comissão parlamentar foi aprovado com 24 votos favoráveis e 6 contrários e agora essa comissão tem o prazo de até 90 dias para apurar a acusação e apresentar relatório, que deve ser votado em plenário pela cassação ou não do mandato.

Eu espero que o bom senso venha a fazer com que possam os vereadores em Campinas não permitir que a vereadora Paolla Miguel, que tem tido excelente atuação, venha a ser prejudicada.

Eu gostaria também de comentar esta notícia da CNN Brasil. Mais de duas semanas depois do pedido para uma exposição sobre o cânhamo industrial, "a Câmara dos Vereadores de São Paulo segue mantendo totens e banners escondidos dos olhares de quem circula pelo Parlamento paulistano. O pedido foi feito no dia 2 de abril, pelo vereador Adriano Santos, do PT."

Depois, a Câmara pediu informações complementares, enviadas no dia 4 de abril, mas até agora "a Mesa Diretora não chegou a uma decisão sobre liberar ou não a exposição para os visitantes e funcionários. A anuência de pelo menos três dos cinco vereadores que compõem a Mesa é necessária, mas nunca foi um problema, segundo vereadores".

"A polêmica é inédita e acontece, não por acaso, em um ano eleitoral. 'Toda cessão de uso de espaço da Câmara, independentemente do tema, precisa de autorização da Mesa Diretora por meio da maioria do colegiado'".

Essa exposição do Instituto InformaCann já passou tanto pela Câmara dos Deputados, em Brasília, inclusive, também, pela Assembleia Legislativa, no salão de exposições por um mês.

"É uma exposição educativa, que tem a madeira do cânhamo, alimentos não psicoativos, que não contém o CDB, THC, que não contém moléculas medicinais, mas sim a semente que é altamente nutritiva. Eles não querem que a gente mostre do que uma fibra sustentável é capaz, por pura ignorância'," disse Manuela Borges, do InformaCann.

"Os totens e banners produzidos falam sobre o uso do cânhamo, caule da planta da maconha, para a produção de tecidos e bioplásticos, além da madeira e das sementes da planta para uso alimentar. 'Até onde eles vão ignorar e negar uma planta medicinal?'".

"A Câmara alega que a Mesa Diretora tem até 30 dias para tomar esse tipo de decisão, o que ainda não ocorreu. E diz que um dos pontos em avaliação é que a exposição inclui material comercial e de propaganda de produtos, 'o que é um impeditivo para uso do espaço da Câmara e também demanda mais análise por parte da Mesa'.

A intenção da exposição é estritamente educativa - e não comercial. Dos cinco vereadores que compõem a mesa, dois já se manifestaram contrários à exposição. São parlamentares que contam com o voto evangélico e acham a pauta muito sensível. Um terceiro vereador defende que ela seja realizada.

O desempate pode vir do presidente, Milton Leite, que está ainda sendo considerado até como vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes, ex-vereador.

A exposição é apoiada por associações que produzem a cannabis para fins medicinais, como a Flor da Vida, de Franca, interior de São Paulo. Enor Machado é presidente da entidade e se envolveu no debate após ver um sobrinho ser diagnosticado com autismo.

'É importante para o desenvolvimento da indústria e do agronegócio. O maior potencial do mundo para produção de cânhamo está no Brasil. E a gente não planta uma planta sequer no País. China e Estados Unidos já cultivam de forma milenar', disse Enor Machado à CNN."

Eu espero que possa a Mesa da Câmara repensar e aprovar que ali também se realize esta exposição, que foi mostrada por um mês na Assembleia Legislativa e antes na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Para concluir, deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Obrigado, deputado. Dando sequência à relação dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputado Felipe Franco. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.)

Dando sequência, na Lista Suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. LUCAS BOVE - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, meu querido colega de trincheira aqui, Major Mecca, boa tarde a todos os policiais civis e militares, servidores da Casa que nos acompanham hoje, aos demais deputados aqui presentes, a quem nos acompanha pelas tribunas e pelas mídias sociais, pela TV Alesp.

Primeiramente, parabenizá-lo, Major Mecca, pelo brilhante trabalho à frente da Comissão de Segurança Pública, pela sua luta incessante em prol das nossas forças de Segurança Pública, em especial dos policiais militares, porque de fato não é uma batalha fácil.

O senhor, que já trocou tanto tiro com bandido na rua, hoje em dia acho que trava a mais difícil das suas batalhas, que é dentro da política aqui, porque daqui a gente não consegue ver de onde vem o tiro; muitas vezes, aqui a situação é mais complicada. Mas parabéns.

O senhor, junto com o Conte Lopes, com o Gil Diniz, com o Capitão Telhada, tem feito um trabalho excelente aqui na Assembleia, levando as demandas ao secretário. E tenho certeza de que se esse pagamento de bônus está saindo, é claro que tem o trabalho do governador Tarcísio, de toda a sua equipe, do secretário Derrite, que vem fazendo um excelente trabalho.

Mas tem, sem dúvida nenhuma, muito dedo do senhor, muito trabalho do senhor e de todos os que compõem a bancada da Segurança Pública aqui. Então, parabéns, comandante; que o senhor continue contando conosco.

Mas infelizmente eu vim trazer um outro assunto aqui hoje. Eu gostaria que, se possível, nosso amigo Machado colocasse na tela a manchete da matéria. Eu vou puxar para mim a pauta agora aqui, e vou falar um pouquinho de Educação.

Gente, hoje de manhã, o Palácio da Alvorada amanheceu com grevistas em frente ao prédio, protestando contra a desvalorização que o governo federal, que o presidente Lula, e que